
RELAÇÕES EXTERNAS E DEFESA NACIONAL

RELAÇÕES EXTERNAS E DEFESA NACIONAL

1. É no meio de muitos trabalhos e com uma absoluta falta de tempo que alinhavo para a revista «Nação e Defesa» algumas reflexões pontuais sobre relações externas e defesa nacional. Creio que esta será a melhor forma de agradecer o amável convite que me foi endereçado, ressaltando embora tratar-se de estudo incipiente a que darei posterior desenvolvimento.

2. A intimidade essencial que liga as relações externas à política de defesa nacional decorre do critério supremo que há-de sempre animar tais actividades do Estado: a manutenção e fortalecimento da independência nacional. Pelo que num Estado integrado sempre haverá coerência, logo relação, entre a sua política externa e o seu sistema militar. E embora em Portugal a discussão desses temas jamais tenha sido sistemática o certo é que tal adequação terá de operar-se, seja espontaneamente seja mecanicamente quando o correcto é que venha a realizar-se voluntária e organizada-mente.

Sou dos que propõem uma discussão transparente e pública sobre todos os assuntos fundamentais para a nossa vida colectiva.

Não concebo que a política externa, ou a política de defesa nacional seja domínio reservado de homens singulares ou de corpos de Estado. Nestes sectores, como em tantos outros, se a tecnicidade é exigente não menos fundamental se torna dar a conhecer as grandes linhas e as grandes opções — e que são sempre políticas. Por isso me aventuro neste campo de pioneira reflexão portuguesa talvez encorajado pelo facto de nesta revista de militares se dar também a palavra a civis.

3. O «orgulhosamente sós» salazarento não definiu uma política voluntarista antes era a constatação, desesperadamente altiva, que o regime anterior não conseguia interessar a comunidade internacional no seu obsoleto projecto.

Com a revolução do 25 de Abril abriu-se uma discussão surda e muda sobre a nossa política externa.

Na realidade enquanto os textos oficiais e as declarações públicas eram unânimes na proclamação dos princípios bases por onde se haviam de reger as nossas atitudes em política externa, forças agiam no sentido de pôr em causa a nossa inserção europeia, e o respeito pelos acordos internacionais. Assim foi entre o 28 de Setembro e o 11 de Março, tendo os indícios após esta data tornado ainda mais visíveis.

Apresentou-se primeiramente os países de Leste como uma alternativa viável para as nossas trocas comerciais e para a cooperação económica caso a evolução interna fosse de molde a cortar as raízes com a Europa Ocidental. Tal ilusão só poderia terminar em fracasso e mesmo pôr em risco as relações adjacentes e exactas entre Portugal e tal grupo de Estados, que, se correctamente aferidas, poderão representar um suplemento de diversidade positivo e comedido. A tese de Portugal como a «Cuba da Europa» aqueceu alguns espíritos mas nunca chegou ao coração dos portugueses.

O que teriam sido as consequências do ponto de vista militar se tal tivesse acontecido resume-se muito rapidamente no facto das nossas Forças Armadas passarem a ter uma expressão clássica mas não moderna, uma tensão permanente nas fronteiras, e uma falta de meios absoluta para se garantir a articulação com os Açores e a Madeira. Estes arquipélagos seriam assim arrastados pelas forças centrífugas que aí se manifestavam e a única ilha a defender seria a de um Portugal isolado da Europa. O absurdo de tal opção era assim evidente.

Surge então a opção terceiro-mundista que teria efeitos semelhantes no campo que estamos a considerar. O mesmo isolamento face à Europa, e maior precaridade de meios. Talvez por isso mesmo a teoria de um Portugal terceiro-mundista e não-alinhado tenha desenvolvido paralelamente que a reconversão das Forças Armadas se fizesse no sentido da guerra de guerrilhas autêntico e trágico *travesti* das hipertrofiadas funções africanas de contra-guerrilha. O documento guia e as expressões operacionais da aliança Povo/MFA eram finais inequívocos desse caminhar.

Ao encontro desta tese militava um ressentimento latente contra os países ricos e as potências militares por parte de um país com graves dificuldades económicas, removido por umas Forças Armadas que haviam vivido quinze anos fora da Europa, em plena África na contra-guerrilha. Esta actividade de contra-guerrilha havia dado a plena consciência a muitos

militares da importância fundamental das populações como dimensão decisiva das guerras pela independência nacional.

Portugal privado da dimensão territorial imperial encontrava na sua população um elemento fundamental no seu sistema de defesa «face ao invasor». Conquistar o povo, ligar os quartéis à população foram tarefas que faziam parte de um esquema artificial e voluntarista. O fracasso das campanhas de dinamização cultural foi também o fracasso da teoria Portugal — país do Terceiro Mundo, isolado face à Europa.

Do ponto de vista da reestruturação das Forças Armadas tal posição favorecia o aparecimento de grupos armados paralelos, recrutados entre grupos políticos radicais e tinha por fim destruir o núcleo clássico das Forças Armadas.

As declarações contra a Europa multiplicaram-se dentro do mais estrutural respeito pela linha de força antieuropeia componente tradicional do espectro ideológico salazarista. Diga-se que os ataques à Europa Ocidental tinham uma função antidemocrática interna, quer no regime fascista, quer no período de hegemonia gonçalvista.

Ora a descolonização portuguesa efectua-se no momento preciso em que a integração europeia se acelera e nos abrange, com riscos a curto prazo mas com vantagens posteriores caso se consiga as energias populares tão necessárias para a defesa do plano nacional no esforço comum de reconstruir o País. A concentração de esforços na Europa impunha-se como tarefa prioritária tendo em vista o fortalecimento da nossa individualidade na Península Ibérica e a articulação com as forças centrípetas europeias.

Esta dimensão europeia de Portugal é de tal maneira irrecusável que a descolonização a ter sido efectuada criteriosamente deveria ter tido em conta a zona curo-africana em criação, e alinhavada nos acordos de Yaoundé e Lomé entre a C. E. E. e países africanos saídos da descolonização francesa e inglesa. Assim não aconteceu, embora a Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé orientem os seus esforços soberanos em tal direcção, enquanto que Angola e Moçambique, mercê dos condicionalismos do acesso à independência daquele que fortalecem as influências antieuropeias nesta, se encontram neste momento afastados desse processo de aproximação com a Europa do Mercado Comum.

Assim Portugal terá de entrar nas instituições europeias, quer políticas quer económicas, seja por motivos próprio seja pela força centrípeta dos factores da criação desse espaço europeu e euro-africano.

Este será o eixo da nossa política externa, não esquecendo que Portugal para manter a sua individualidade na Europa terá de haurir forças nas suas relações extra-europeias. Quer com os Estados Unidos com quem temos em comum a tarefa de garantir um Atlântico Norte seguro, quer com o Brasil, que prolonga a língua portuguesa, podemos e devemos entreter relações singulares.

Portugal é pois um país de política externa de natureza complexa, e tal postulado implica uma política de defesa de natureza composta. Vejamos como assim é:

4. Portugal é um país pequeno e como país pequeno não pode contar com o factor espaço para conter um qualquer inimigo. Portugal como pequeno país terá pois que defender as suas fronteiras muito longe delas. Assim a nossa integração na O. T. A. N., corresponde, para além das circunstâncias, a essa visão estratégica. A defesa da nossa fronteira terrestre começa na fronteira com a Alemanha Oriental e o Pacto do Atlântico garante-nos ainda a segurança, o acesso e a articulação com os Açores e a Madeira.

A nossa posição leva-nos a privilegiar particularmente a defesa da zona ocidental e atlântica. Daí que se deva encarar com prioridade a criação de uma «Brigada O. T. A. N.». A origem do armamento dessa «extensão O. T. A. N.» será aquela que permitirá a manutenção das características de «standardização» preconizada na Aliança Atlântica.

Dentro destes condicionalismos sou dos que acreditam que é possível operarem-se transformações económicas e sociais no interior dos países membros da aliança sem que tal ponha em perigo a essência desta. Por isso, eu que entendo que Portugal encontra nas suas classes trabalhadoras o melhor veículo para a continuação como Estado independente, defendo para o nosso Povo uma via democrática para o socialismo, ciente de que o predomínio político das classes trabalhadoras é possível desde que não seja veiculado por partidos que ponham em causa a segurança do mundo ocidental.

Acresce que, partidário do socialismo democrático, não o julgo possível em zonas de influência soviética pelo que há efectivamente um nexó entre a contenção da influência soviética conseguida pela O. T. A. N., e a defesa da transformação das sociedades europeias ocidentais no sentido do socialismo democrático. Creio aliás que o futuro assistirá ao fortalecimento dos laços transatlânticos entre uma Europa Ocidental onde imperem forças do socialismo democrático e os países da América em trajectória liberal.

Muitas são no entanto as críticas endereçadas à O. T. A. N., mesmo por países membros e quer na História quer no Horizonte perfilam-se soluções alternativas para o esquema clássico — e centrado sobre os americanos — que a O. T. A. N. oferece.

Desde a França de De Gaulle que se autonomiza militarmente da O. T. A. N., até aos casos recentes da Turquia e Grécia observam-se várias tentativas para alterar o «status quo» atlantista. Subjacente à própria história da O. T. A. N. está a eterna sedução de uma Defesa Europeia própria e autónoma dos E. U. A. Refira-se que a própria União Soviética tem horror a tal ideia de defesa europeia preferindo manter o estatuto legado pela II Guerra Mundial.

Há razões portuguesas que acrescentam uma diferença específica a essa tendência de autonomia por parte dos países democráticos europeus. Somos vizinhos de uma Espanha poderosamente ibérica, atenuadamente europeia e ausente da aliança atlântica. As nossas Forças Armadas têm uma história atlântica reduzida quando não conflitual (refiro-me seja ao período fascista seja às peripécias do post-25 de Abril) e sobretudo um país só é verdadeiramente independente, se ao dizer *sim* também puder dizer *não*.

Para além dessa «extensão O. T. A. N.» teremos pois de encarar a existência de uma outra Divisão das nossas Forças Armadas separadas da O. T. A. N. e capaz de responder a outros objectivos. Já vimos que existe uma tendência na Europa Ocidental favorável a um sistema de Defesa próprio e autónomo a que está ligado à própria ideia de Europa Unida. Por outro lado teremos de ter preparada uma resposta nossa e independente, caso haja falência da Organização do Atlântico Norte, reconversão de alianças por parte das grandes potências, ou até ameaças à nossa independência nacional por parte de qualquer país.

Esta Divisão das Forças Armadas, embora desligada da O. T. A. N. deverá possuir um armamento capaz de entrar em inter-operacionalidade com as forças daquela Aliança mas a tónica deverá ser acentuada no carácter autónomo e na diversidade de meios e armamentos que possibilitem uma actuação plenamente portuguesa.

Como diz muito bem Raymond Aron' *«É demasiado simples conceber apenas dois actores, nós próprios e o inimigo. Sobretudo na nossa época, os Estados de dimensões médias devem situar-se não só em relação a uma*

(¹) Aron, Raymond — *Paix et Guerre entre les nations*, Calmann-Levy, Paris 1962, p. 55

coligação adversa mas também em relação aos seus aliados que querem a derrota do inimigo comum mas que podem ser hostis ou indiferentes aos objectivos particulares dos seus companheiros de luta».

Na realidade a nossa posição específica e a nossa vontade de independência nacional são outros tantos factores que nos devem motivar para a criação dessa força militar inteiramente nacional. Os reflexos de existência de tal Força autónoma na condução da nossa política externa cifram-se numa maior mobilidade e capacidade de decisão próprias.

Essa Força é ainda concebida em termos de dissuasão em relação a qualquer eventual inimigo.

Mas temos que admitir que os invasores sejam eles quais forem, possam entrar em Portugal. E nesse caso temos que possuir forças armadas treinadas e capazes de desencadear uma guerra de guerrilhas. É este o sentido profundo da aliança Povo/Forças Armadas.

Na realidade, não possuindo espaço para ceder com poder de recuperação, o nosso sistema de defesa interfronteiras necessita de apoio político, logístico e humano das populações como dimensão essencial da nossa defesa perante o invasor. Claro que, quer no armamento, quer na instrução, terá que haver um cuidado suplementar na diversificação permitindo a menor dependência do exterior possível.

O binómio *população-território* assim entendido poderá permitir um sistema português de defesa altamente coerente.

5. *Conclusão* — Estes são apenas alguns tópicos que podem ilustrar a intimidade essencial entre aspectos da nossa política externa e da nossa política de Defesa, afinal expressão da mesma entidade que é o Estado português.

A Instituição militar tem estado aliás no centro das transformações políticas, sociais e económicas que têm atravessado o País. Num primeiro momento as Forças Armadas conceberam ser possível operar as necessárias transformações no Estado — instituição das instituições — sem que elas próprias fossem alteradas institucionalmente. No entanto cedo se compreendeu que as transformações que o 25 de Abril havia suscitado na sociedade civil acabariam por atingir inteiramente as Forças Armadas. E até ao 25 de Novembro assiste-se às tentativas de «re-estruturação» delas sem que se estabelecesse a partir de que núcleo as Forças Armadas seriam organizadas. Proliferam então os grupos armados paralelos e por momentos não se sabe bem a partir de que estrutura armada se irá proceder à «re-estruturação»

— se do núcleo de oficiais do quadro permanente se da federação armada dos grupos radicais. Não fora o 25 de Novembro e tal aporia, não confessada, arruinaria os próprios alicerces do Estado português, cuja soberania sofre de qualquer forma alguns hiatos no processo final de descolonização. Vendo agora o que se passa no Líbano podemos a esta luz saber do que escapamos.

Esse «discurso institucional» desenrola-se sem que haja reflexão pública sobre o problema e as vicissitudes por que passou o VI Governo, o cerco da Assembleia Constituinte e do Primeiro-Ministro revelaram o paroxismo da situação. Muito menos se podia organizar então o nexu entre política externa e Defesa Nacional.

Subjacente a esses fenómenos travava-se uma luta institucional pela organização do Estado que o 25 de Novembro veio decidir. Se até aí é compreensível historicamente a ausência de unidade de comando e acção nas manifestações do Estado, a partir desse momento — e sobretudo a partir da entrada em vigor da Constituição — não se concebe a falta de ligação entre os diferentes corpos do Estado.

As Forças Armadas estão finalmente a assistir à sua organização a partir do núcleo dos oficiais do quadro permanente e dificilmente deixaria de assim ser.

José Medeiros Ferreira